

[Início](#) > [Tributos](#) > [Matinal](#)

Matinal PRO

CNI ajuíza ação no STF contra trecho de lei que reduz benefícios fiscais

Equipe JOTA PRO Tributos

15/01/2026 | 07:15

Você vai ver aqui: [Portais de notícias](#) | [Diário Oficial](#)

O jornal O ESTADO DE S. PAULO noticia que a CNI (Confederação Nacional da Indústria) levou ao STF uma ação contra a lei sancionada no fim de 2025 que reduz benefícios fiscais em 10% e amplia a tributação sobre bets, fintechs e Juros sobre Capital Próprio a partir deste ano. Com a medida, o governo espera arrecadar R\$ 22,45 bilhões. A CNI não questiona na ação o conjunto da norma, mas um dispositivo específico que restringe a proteção da chamada “condição onerosa” apenas a benefícios vinculados a projetos aprovados pelo Poder Executivo até 31 de dezembro de 2025. Segundo a entidade, ao limitar essa salvaguarda, a lei desrespeita incentivos concedidos por prazo certo e sem exigência de aprovação prévia do Executivo, violando o direito adquirido dos contribuintes e afetando de forma desigual determinados setores da economia.

A recém-sancionada Lei Complementar nº 227/2026, que finaliza a regulamentação da reforma tributária, passou a disciplinar de forma expressa a incidência do ITCMD sobre trusts, encerrando uma lacuna que gerava controvérsias entre contribuintes e estados, aponta reportagem no VALOR ECONÔMICO. A norma define que o imposto só é devido quando ocorre a efetiva transferência dos bens (por morte ou doação), afastando a prática adotada por estados como São Paulo, que tentavam antecipar a cobrança para o momento da constituição da estrutura. Com isso, especialistas interpretam que, nos trusts revogáveis, o ITCMD só incide quando o beneficiário recebe os ativos, enquanto nos trusts irrevogáveis a tributação ocorre na criação do trust, por se considerar que ali há transferência patrimonial. Para tributaristas ouvidos pelo jornal, a lei traz segurança jurídica ao esclarecer o fato gerador do imposto e se harmoniza com lei de 2023, que já havia tratado da tributação, pelo Imposto de Renda, dos rendimentos de trusts, fundos e offshores.

Em outra reportagem, o VALOR também mostra que a Lei Complementar nº 227 promoveu mudanças relevantes na tributação de programas de fidelidade, além de ajustes que afetam medicamentos, automóveis destinados a pessoas com deficiência e o aproveitamento de créditos ligados a benefícios trabalhistas. No

caso dos programas de fidelidade, a norma passou a enquadrá-los explicitamente no regime dos serviços financeiros, sujeitos a alíquotas diferenciadas de IBS e CBS, antecipando a tributação para o momento da emissão dos pontos, e não mais apenas no resgate, como ocorria com PIS e Cofins. A base de cálculo fica formada pelo valor dos pontos emitidos, descontados pagamentos no resgate e ressarcimentos por pontos não utilizados. A lei também flexibilizou o uso de créditos de CBS e IBS relacionados a vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, que deixam de depender de acordo ou convenção coletiva, exigência que foi mantida apenas para os créditos vinculados a planos de assistência à saúde.



Diário Oficial da União

GABINETE DO MINISTRO

Portaria nº 82, de 14 de janeiro de 2026

Aprova o Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

[Leia a íntegra](#) .

Últimas

MATINAL PRO

ANS tem novo gerente-geral de Análise Técnica da Presidência

15 DE JANEIRO DE 2026 | 7:30

MATINAL PRO

CNI ajuíza ação no STF contra trecho de lei que reduz benefícios fiscais

15 DE JANEIRO DE 2026 | 7:15

RELATÓRIO ESPECIAL PRO

CNI aciona STF contra dispositivos da lei que reduziu benefícios fiscais

14 DE JANEIRO DE 2026 | 21:19

RISCO POLÍTICO PRO

A PF na mira de Toffoli: novo ministro da Justiça tem primeira crise já contratada antes de assumir

14 DE JANEIRO DE 2026 | 20:59

JOTA

Nossa missão é empoderar profissionais com curadoria de informações independentes e especializadas.

PRO PODER

- Apostas da Semana
- Impacto nas Instituições
- Risco Político
- Alertas

PRO TRIBUTOS

- Apostas da Semana
- Direto do CARF
- Direto da Corte
- Direto do Legislativo
- Matinal
- Relatórios Especiais

PRO TRABALHISTA

- Apostas da Semana
- Direto da Corte
- Direto da Fonte
- Giro nos TRT's
- Relatório Especial

PRO SAÚDE

- Apostas da Semana
- Bastidores da Saúde
- Direto da Anvisa/ANS
- Direto da Corte
- Direto do Legislativo
- Matinal

EDITORIAS

- Executivo
- Legislativo
- STF
- Justiça
- Energia
- Opinião e Análise
- Coberturas Especiais
- Direito trabalhista

SOBRE O JOTA

- Estúdio JOTA
- Ética JOTA
- Política de Privacidade
- Política de diversidade
- Seus Dados
- Termos de Uso
- Quem Somos

